

Tempos sombrios na relação entre a política dos políticos e a política científica

Marcel Bursztyn¹
Carlos Hiroo Saito²
Editores Responsáveis SeD

doi:10.18472/SustDeb.v8n2.2017.26923

Durante a sua campanha para a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump foi claro em relação ao seu propósito de desembarcar do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas.

É nesse contexto, reforçado por ameaça de redução nas verbas destinadas à pesquisa científica, que entra em cena um movimento voltado para a valorização da Ciência, defendendo-se o uso de evidências científicas no processo de tomada de decisão em todos os níveis de governo: a marcha pela ciência, convocada para o dia 22 de abril, quando o número anterior da revista Sustentabilidade em Debate já estava em fase de finalização.

Esta marcha contou com a pronta adesão de importantes instituições científicas, como The American Association for the Advancement of Science (AAAS), The American Geophysical Union, The Association for Psychological Science. É importante lembrar que, justamente no dia 22 de abril, comemora-se internacionalmente o Dia da Terra, trazendo um simbolismo ainda maior para o evento.

Embora o site do evento não mencione explicitamente o presidente Trump, observou-se que o descontentamento com o que se chamou de obscurantismo trumpiano desencadeou uma forte mobilização para participação na marcha pela ciência, descrita muitas vezes como a primeira vez que os cientistas dos EUA foram às ruas.

Curiosamente, para além do contexto nacional americano, o movimento da marcha pela ciência espalhou-se pelo mundo afora. Aqui no Brasil, a marcha pela ciência teve também reivindicações particulares, como a volta do antigo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que foi extinto em 2016, e teve suas secretarias incorporadas ao Ministério das Comunicações, a partir de então designado como Ministério da Ciência, Tecnologias, Inovações e Comunicações. Na avaliação da comunidade científica, a junção dessas atividades em um único Ministério resulta no enfraquecimento do setor de ciência e tecnologia e inovação.

A questão que se coloca é: terá sido uma mera coincidência ou haveria uma pronta ressonância dos acontecimentos nos EUA na conduta da sociedade no mundo todo? Provavelmente, nenhuma das duas hipóteses seria válida, mas o contexto planetário de preocupação com as mudanças climáticas, o destino do planeta e dos grupos sociais vulneráveis (quer sejam

¹ Socioeconomista, Professor Titular do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

² Biólogo, Professor Titular do Centro de Desenvolvimento Sustentável e do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília.

refugiados ambientais ou meramente sociais) e o papel da ciência diante desses desafios é compartilhado por todos.

Os temores que muitos manifestaram (e protestaram) durante a marcha pela ciência se concretizaram: a saída dos EUA do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, já sinalizado durante a campanha eleitoral pelo então candidato Donald Trump.

Portanto, o anúncio feito às vésperas do Dia Mundial do Meio Ambiente, em junho de 2017, não é nenhuma surpresa. A surpresa, talvez, seja o próprio fato de que alguns tenham se surpreendido com a decisão, que vai na contramão da construção de um complexo arcabouço de divisão de responsabilidades entre as nações, no sentido de reduzir a grave ameaça representada pelo aquecimento global.

Surpresa ou não, como pesquisadores que integram a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima), na sua Sub-Rede Desenvolvimento Regional, não poderíamos deixar de nos sentir tocados, e sentimos no dever de nos pronunciarmos criticamente.

Em sua decisão, Trump e o círculo de fanáticos ultrarreacionários que o aplaude, atropelam uma sólida base científica, que mostra com rigorosa consistência o tamanho do problema e as consequências da inação. O obscurantismo trumpeano tenta se apoiar num cada vez menor punhado de acadêmicos negacionistas, que desfrutam de fartas verbas disponibilizadas por interesses econômicos, que não querem ser contrariados pela mudança necessária à redução das emissões de carbono. Os sucessivos relatórios publicados pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) são claros: mesmo se providências forem tomadas já, o nosso planeta vai se aquecer, em virtude de nossas atividades no passado (e no presente). E as consequências sobre a economia serão muito mais dramáticas do que os alegados 2,5 milhões de empregos que Trump afirma que os EUA perderiam, se fossem cumprir os compromissos assumidos em 2015, em Paris.

Há lições para os estudiosos de política, sendo a principal delas referente ao risco acarretado por governantes que raciocinam com a visão apenas de curto prazo (seu próprio mandato), desconsiderando dados científicos e confundindo o seu governo com o Estado que representam.

Por isso uma das ideias mais repetidas durante a marcha pela ciência, no mundo todo, foi a importância de considerar fatos e não opiniões, interesses, preconceitos e crenças nas decisões de políticas públicas. A marcha pela ciência trouxe não apenas o debate sobre a valorização da ciência; reascendeu antigos debates sobre o papel da ciência e dos cientistas na nossa sociedade.

Tanto que, antecedendo à realização da marcha pela ciência nos EUA, a AAAS publicou uma matéria assinada por Jeffrey Mervis em 4 de abril de 2017 intitulada “As scientists prepare to march, Science for the People reboots”³. Neste artigo, lançando mão de entrevista com o epidemiologista Frank Bove e o bioquímico Ben Allen a respeito de uma possível convergência entre a marcha pela ciência e o ideário da organização Science for the People, que existiu no passado e que vem renascendo nos anos recentes, destaca-se a reflexão de Bove sobre se em nossa busca da ciência, estamos servindo as pessoas, ou apenas interesses corporativos e governamentais.

Quem sabe, a marcha pela ciência sirva como um despertar de uma nova consciência, uma maneira de fazer as pessoas verem a interseção da política e da ciência como base para ações para um mundo mais sustentável?

³ <http://www.sciencemag.org/news/2017/04/scientists-prepare-march-science-people-reboots>

Trump também anunciou que construiria um muro para impedir a entrada de mexicanos no solo norte-americano. E disse que os faria pagar por isso, cobrando uma sobretaxa sobre os produtos importados do México. É nesse momento que se deve pensar sobre a possibilidade de reação do chamado “resto do mundo” (nós, os passageiros da nau Terra), lembrando que estamos em plena vigência da Década Internacional para a Aproximação das Culturas 2013-2022 (Assembléia Geral/Resolução: A/RES/67/104). Mas é possível visualizar também outras formas de reação. Ora, o “resto do mundo” pode, legitimamente, instituir uma sobretaxa sobre os bens e serviços exportados pelos EUA e que tenham índices de emissões de carbono acima de um patamar considerado tolerável. A ciência tem ferramentas para definir esses parâmetros. A taxa teria como fundamento o conceito econômico de dumping ecológico, que é um desdobramento do dumping econômico (quando um agente produtor vende um produto abaixo de seu real custo de produção, para eliminar seus concorrentes).

A taxa carbono a ser imposta a Trump não afetaria os produtos provenientes dos estados e cidades dos EUA que não aderem à sua bravata. Seria uma boa forma de fazer-lo beber do seu próprio veneno, sem fugir à lógica do mercado. Vale dizer, o mesmo tipo de raciocínio (a lógica do mercado a serviço da sustentabilidade do planeta e da qualidade de vida) já vem sendo adotado em inúmeros contextos.

Esses cenários visualizáveis com base na ciência talvez justifiquem as sombras que pairam justamente sobre a ciência nos tempos atuais, em diferentes lugares do mundo. Muito mais do que a desculpa de crises econômicas (como se alega no Brasil atual, por exemplo), talvez essas medidas de contenção do desenvolvimento científico-tecnológico sejam exatamente convenientes: fortalecem a possibilidade de hegemonia da opinião sobre fatos, ou do curtoprazismo sobre as estratégias de longo prazo.

Por isso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) liderou a convocação dos cientistas para a marcha pela ciência no Brasil, e vem defendendo a reversão do quadro de estrangulamento do setor de ciência e tecnologia no Brasil por meio do “descontingenciamento” dos recursos e de melhoria no orçamento de 2018.

A revista *Sustentabilidade em Debate* procura também trazer sua contribuição para divulgar a ciência, uma ciência interdisciplinar, capaz de marchar em direção à apreensão do complexo, para que dessa visão articulada de diferentes saberes e campos científicos, possamos iluminar as escolhas para um mundo mais sustentável. É a ciência em marcha...